



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 975, DE 2023

Altera a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 - para tornar permanente a majoração das diferenças e ponderações especificadas para a educação infantil para fins de distribuição da complementação-VAAT e, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - para dispor sobre critérios de priorização das vagas para matrículas disponíveis em creches públicas ou entidades equivalentes, tratar do funcionamento em horário estendido e da criação do Professor de Apoio Especializado em Educação Especial.

Autora: Deputada DANI CUNHA

Relatora: Deputada MARIA ROSAS

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) nº 975, de 2023, de autoria da Deputada Dani Cunha, “altera a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 - para tornar permanente a majoração das diferenças e ponderações especificadas para a educação infantil para fins de distribuição da complementação-VAAT e, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - para dispor sobre critérios de priorização das vagas para matrículas disponíveis em creches públicas ou entidades equivalentes, tratar do funcionamento em horário estendido e da criação do Professor de Apoio Especializado em Educação Especial.”.

A matéria tramita sob rito ordinário, tendo sido distribuída à Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e à Comissão de Educação, para análise do mérito; à Comissão de Finanças e Tributação, para análise da adequação





financeira ou orçamentária; e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para verificação da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Transcorrido o prazo regimental em 12/5/2023, não foram apresentadas emendas à proposição nesta Comissão.

É o Relatório.

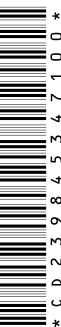
II - VOTO DA RELATORA

O Projeto de Lei nº 975, de 2023, de autoria da nobre Deputada Dani Cunha, pretende: (1) alterar a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), para adotar critério fixo (fator de ponderação) de destinação de recursos para as matrículas da educação infantil; (2) modificar a Lei de Diretrizes da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) para dispor sobre o funcionamento de creches e pré-escolas e adoção de critérios de disponibilização de vagas na educação infantil; e (3) criar o cargo de Professor de Apoio Especializado em Educação Especial.

De antemão, é necessário reconhecer a iniciativa da autora da matéria, a Deputada Dani Cunha, em aprimorar a legislação federal para a destinação de mais recursos federais à educação infantil e o cuidado para que o atendimento educacional especializado (AEE), voltado para os estudantes com deficiência, seja prestado por profissionais devidamente capacitados.

Sob o ponto de vista da juridicidade e das competências constitucionais afetas ao legislador federal, a proposição em exame pode ser aprimorada e como as políticas públicas de educação e de inclusão das pessoas com deficiência são interrelacionadas, nosso Parecer terá o condão de analisá-las conjuntamente.

No que tange às alterações propostas na LDB, de acordo com a Constituição Federal (CF/1988), a competência legislativa privativa da União em matéria educacional deve se ater às diretrizes e bases (art. 22, XXIV, CF/1988). Embora a proposição faça ressalva de resguardar os entes federativos, salvo melhor





juízo, a estipulação de um horário de funcionamento, parece-nos extrapolar da competência legislativa dos legisladores federais.

Adicionalmente, ainda em remissão à alteração da LDB, a nosso ver há óbices na criação do cargo de Professor de Apoio Especializado em Educação Especial. Consoante a CF/1988, as leis que disponham sobre criação de cargos são de iniciativa legislativa privativa do Presidente da República (art. 61, § 1º, II, 'a').

Quanto à alteração da Lei de regulamentação do Fundeb (nº 14.113, de 2020), para permitir a desejável flexibilização da redistribuição de recursos prevista no Fundeb, é desejável manter a prerrogativa conferida à Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade para especificar anualmente as diferenças e as ponderações aplicáveis às diferentes etapas, modalidades, duração da jornada e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica.

A boa notícia é que a Emenda Constitucional nº 108, de 2020, ao tornar o Fundeb um mecanismo permanente, avançou ao majorar de modo significativo a destinação de recursos da União para as matrículas da educação básica dos demais entes da Federação. Para termos uma noção, de acordo com o Projeto da Lei Orçamentária Anual de 2024, a complementação federal do Fundeb para o próximo ano será de 46,9 bilhões de reais.

Com efeito, metade dos recursos globais da complementação VAAT do Fundeb¹ são destinados à educação infantil. Em atenção ao que dispõe o art. 28 combinado com o art. 43, III, ambos da Lei nº 14.113, de 2020, foi estabelecida uma proposta de indicador que determina os percentuais mínimos de complementação a serem aplicados na educação infantil de cada município, levando em conta o déficit de cobertura, considerada a oferta e a demanda anual pelo ensino, e a vulnerabilidade socioeconômica da população a ser atendida.

Pressupondo o acréscimo de recursos destinados à educação infantil, **nosso desafio é planejar adequadamente a expansão da oferta de matrículas na pré-escola e notadamente nas creches.** Nesse sentido, considerando a relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil, em regime de colaboração,

¹ Valor Anual Total por Aluno (VAAT), conforme Lei nº 14.113/2020.





União, Estados, Distrito Federal e Municípios precisam: planejar o aumento de matrículas, de modo a contemplar o levantamento da demanda por creche das famílias, estabelecer critérios exemplificativos de disponibilização de vagas (o que está acertadamente previsto no PL em exame) e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado nessa etapa da educação básica.

Para tanto, podemos contemplar parte das inovações trazidas pelo PL nº 975, de 2023, e avançar para aprimorar duas legislações relevantes para o contexto da educação infantil: a já citada LDB e o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016).

Na forma de Substitutivo, propomos alterar o Marco Legal da Primeira Infância, para prever que a expansão da oferta da educação infantil seja feita mediante planejamento adequado, com vistas a assegurar a garantia de oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Na LDB, também a título de aprimoramento, conforme previsto no PL original, sugerimos a inclusão de critérios para elaboração da lista de espera por vagas nos estabelecimentos da educação básica, inclusive nas creches.

Ante o exposto, ao passo que saudamos a ilustre autora da matéria pela preocupação com a educação infantil e com os estudantes dessa etapa que necessitam de atendimento educacional especializado, votamos pela aprovação do PL nº 975, de 2023, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputada MARIA ROSAS
Relatora





COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 975, DE 2023

Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, para prever o planejamento da expansão da educação infantil, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com vistas a estabelecer critérios para elaboração da lista de espera por vagas nos estabelecimentos de educação básica, inclusive creches.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 16 da Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se o parágrafo único como § 1º:

Art. 16. A expansão da educação infantil deverá ser feita mediante planejamento que assegure a qualidade da oferta, com instalações e equipamentos que obedeçam a padrões de infraestrutura estabelecidos pelo Ministério da Educação, com profissionais qualificados, conforme dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), com currículo e materiais pedagógicos adequados à proposta pedagógica e com garantia de oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º.....

§ 2º Os sistemas de ensino deverão realizar periodicamente o levantamento da demanda por creche pelas famílias. (NR).

Art. 2º O art. 5º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º.....

§ 1º.....

.....

IV - divulgar a lista de espera por vagas nos estabelecimentos de educação básica de sua rede, inclusive creches, por ordem de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Maria Rosas - REPUBLICANOS/SP

colocação e, sempre que possível, por unidade escolar, bem como divulgar os critérios para a elaboração da lista, os quais, entre outros, deverão considerar as crianças:

- a) afastadas do convívio familiar;
- b) cujo registro civil não conste pai ou mãe;
- c) cujas mães estejam matriculadas na rede pública de educação;
- d) cujas mães comprovem vínculo empregatício;
- e) residentes em comunidades em situação de vulnerabilidade social

.....(NR).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputada MARIA ROSAS
Relatora

Apresentação: 24/10/2023 17:54:08.783 - CPD
PRL 1 CPD => PL 975/2023

PRL n.1

